



SOCIEDADE

Substitutivo do senador Eduardo Gomes estabelece normas para desenvolver, implementar e usar responsabilmente a inteligência artificial. Porém, pesquisa adverte a respeito dos riscos que representa à cidadania e aos processos eleitorais

PL do Senado aprofunda debate para IA na política

» RENATO SOUZA
» IAGO MAC CORD*

O Senado aprovou, simbolicamente em 10 de dezembro, o substitutivo do senador Eduardo Gomes (PL-TO) que estabelece normas gerais para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial. O texto baseia-se no Projeto de Lei (PL) 2.338/23, de autoria do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Porém, são várias as dúvidas e desconfiâncias sobre a aplicação da IA, sobretudo na política — conforme constata o relatório *Democracia: Percepções sobre inteligência artificial e democracia em Argentina, Brasil, Colômbia e México*.

A pesquisa, que entrevistou 4.003 cidadãos — 1 mil da Colômbia e 1.001 dos demais países —, foi desenvolvida pelo Instituto Ipsos a pedido da Luminate, e foi apresentada em 9 de dezembro. O levantamento constatou que apenas 28% dos entrevistados julgam os governos capazes de lidar com os desafios trazidos pelas IAs. No México, esse índice é de 33% e a desconfiância maior é entre os colombianos (23%). O levantamento mostra que 55% das pessoas acreditam que a regulamentação da IA seria o melhor caminho — dos países pesquisados,

Supremo, agora, tem o auxílio de "Maria"

O Supremo Tribunal Federal (STF) lançou, na segunda-feira, o Módulo de Apoio para Redação com Inteligência Artificial ("Maria"). Trata-se de um sistema de inteligência artificial com três finalidades: elaboração de resumos de votos, elaboração de relatórios em reclamações à Corte (as RCLs). A ideia é auxiliar o trabalho de ministros, servidores e colaboradores. O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, frisou, no lançamento da ferramenta, que "o Brasil tem 83 milhões de processos em andamento. Portanto, se nós não nos socorremos da tecnologia, não teremos condição de fazer a prestação jurisdicional". No lançamento do "Maria", ele interagiu com um robô que representa fisicamente o módulo de IA.

Gustavo Moreno/SCO/STF



o maior percentual é verificado no México (63%).

Bruno Cardoso, professor de sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e

Sociedade (Lavits/UFRJ), explica que a maior dificuldade para um marco regulatório é a "desconexão entre o tempo da lei e o da transformação da tecnologia de IA". Ele observa que é possível que a legislação nasça "obsoleta" e contenha várias

lacunas que permitam crimes e práticas perigosas.

"Limites à criatividade e à inovação não têm sido um problema tão grave quanto aos relacionados à falta de regulação das tecnologias digitais, da internet, e que ainda estamos começando a

compreender. No caso da IA, essa questão é ainda mais importante, pela velocidade de desenvolvimento, mas também por sua aplicabilidade em quase tudo", observa Cardoso.

O senador Eduardo Gomes, porém, diminui a importância de

tais preocupações. "Precisamos ter a mente aberta e o coração tranquilo para entender que essa é uma realidade que não muda mais, e que teremos de lidar com a inteligência artificial e seus defeitos. Essa convivência faz parte da evolução", salienta.

O relatório do Instituto Ipsos, porém, considera que a IA tem um lado preocupante, que não pode ser negligenciado. A pesquisa constatou que 55% dos latino-americanos consideram inaceitável que os governos utilizem a inteligência artificial para monitorar o que as pessoas dizem on-line. É a mesma tendência observada no que diz respeito à polarização — 43% dos entrevistados creem que conteúdos gerados pela ferramenta podem intensificar a polarização.

Mas as dúvidas não terminam aí. Quarenta por cento dos ouvidos na pesquisa dizem que a IA pode afetar a imparcialidade e integridade eleitoral. "A população está preocupada com fake news em eleições porque as IA não são sentidas como algo que surge do nada, mas que são mais uma etapa do que se pode chamar de 'digital', ou 'da internet'. E nos últimos anos, a internet tem sido vista como um risco para as relações e para a política", adverte Cardoso.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

VIOLÊNCIA

PF prende delegado e agentes que têm ligações com o PCC

A Polícia Federal (PF) prendeu, ontem, sete pessoas por suspeita de envolvimento com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Entre elas está Fábio Baena Martin, delegado da Polícia Civil de São Paulo. A Operação Tacitus é resultado do cruzamento de diversas investigações sobre a facção criminosa e consequência da delação do empresário Antônio Vinícius Lopes Gritzbach, assassinado no Aeroporto de Guarulhos em 8 de novembro,

logo depois de desembarcar.

Outros policiais civis foram presos. São eles os investigadores Eduardo Lopes Monteiro, Marcelo Ruggieri, além de um agente conhecido como Marcelo Bombom e mais três pessoas. O também policial Rogério de Almeida Felício, conhecido como Rogerinho, se diz segurança do cantor sertanejo Gustavo Lima e está foragido. Os demais detidos são Ademir Pereira Andrade, Ahmed Hassan e Robinson Granger de Moura.

Todos os presos são suspeitos de envolvimento com o PCC e foram citados na delação de Gritzbach. Foram oito mandados de prisão e 13 de busca e apreensão nos municípios paulistas de Bragança Paulista, Igaratá, Ubatuba, além da capital. Segundo o Ministério Público do estado (MP-SP) e a PF, o objetivo é desarticular uma organização criminosa que lava dinheiro para a facção e cometa e crimes contra a administração pública — corrupção passiva e ativa.

O delegado Fábio Baena e o investigador Eduardo Lopes Monteiro atuaram no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) da Polícia Civil.

Eram responsáveis por investigar Gritzbach. Áudio que circulou pouco depois da execução do delator traz a conversa entre ele e dois homens identificados como agentes do DHPP, que seriam justamente Baena e Lopes Monteiro. A gravação teria sido feita por Gritzbach enquanto ele era investigado pelo assassinato do traficante Anselmo Becheli Santa Fausta, o Cara Preta, e seu segurança, Antonio Corona Neto, o Sem Sangue.

No meio do áudio, uma pessoa identificada como Baena promete ajudar Gritzbach: "Na audiência, eu já falei, se precisar de mim, a gente vai conversar com o advogado. Eu te ajudo lá, fica tranquilo", disse. Para

a defesa do delator, trata-se de um indício de que os policiais sabiam que estavam acusando Gritzbach injustamente, a fim de proteger os verdadeiros culpados pela execução.

Segundo o MP-SP, "os investigados, de acordo com suas condutas, vão responder pelos crimes de organização criminosa, corrupção ativa e passiva e ocultação de capitais, cujas penas somadas podem alcançar 30 anos de reclusão". Nos endereços dos alvos, a PF apreendeu diversos armamentos, malas de dinheiro e joias.

A defesa do delegado Baena considerou a prisão abusiva, mas disse que só se pronunciará após ter acesso aos autos do processo.

» Uma morte em ação na Rocinha

Uma operação policial cumpriu, ontem, 34 mandados de prisão e nove de busca e apreensão na Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Vitor dos Santos Lima, de 24 anos, o Playboy — que seria segurança do chefe do tráfico local, John Wallace da Silva Viana, o Johnny Bravo —, morreu no confronto. Os alvos eram criminosos do Comando Vermelho que fugiram do Ceará. Além de ter sido encontrada uma estufa com 20 pés de maconha, foram apreendidos armas, munições, cerca de 400kg de maconha prensada e 35kg de cocaína.



ALEXANDRE GARCIA

SEM ESPÍRITO PÚBLICO, SEM CONSCIÊNCIA SOCIAL, SEM ATIVISMO CIDADÃO, SEM OBJETIVOS NACIONAIS, COM UMA PASSIVIDADE QUASE MASOQUISTA, É IMPOSSÍVEL IDENTIFICAR UM RUMO, UMA META PARA O BRASIL

Sem rumo

O ex-governador de Brasília e senador José Roberto Arruda me perguntou que rumo prevejo para o Brasil. Respondi que não tenho bola de cristal e, sem ela, nosso rumo é impossível de prever. E citei o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, como havia citado, horas antes, em conversa com o ex-presidente Jair Bolsonaro: "No Brasil, até o passado é imprevisível".

Argumentei que estamos à mercê do acaso. Com uma população em maioria indiferente a objetivos nacionais, e com elites que mal conseguem observar a

periferia de seus umbigos, é impossível identificar qualquer rumo para o país. Sem espírito público, sem consciência social, sem ativismo cidadão, sem objetivos nacionais, com uma passividade quase masoquista, é impossível prever o dia de amanhã, identificar um rumo, uma meta para o Brasil, a não ser uma caminhada errante, andando cada passo sem saber onde pisa nem para onde vai.

Se tivéssemos fidelidade à Constituição, pelo menos teríamos disciplina sobre a estrada e suas margens, mas até disso fomos privados. O guardião da Constituição se tornou mais importante que ela. Faz as regras sem perguntar aos que representam o poder originário.

O Legislativo, que recebeu a

procuração do voto da origem do poder, não parece representar seus mandantes. A omissão dos que juraram defender e manter a Constituição resvala nos desvios do Estado Democrático de Direito. Quem poderia corrigir, o Senado, está congelado por um presidente inerte. O presente e o futuro rumam "qual pluma ao vento", como a ária da ópera.

Aí, tudo aqui é imprevisível. Ninguém sabe o que pode ser o dia seguinte — na economia, na política, nas liberdades. Podemos amanhecer com um general de quatro estrelas preso. Ou com a notícia de um garçom de 32 anos que, em vez do Sírio-Libanês, procurou uma UPA e morreu esperando. Ou um manifestante no presídio morrer por

falta do tratamento implorado.

Podemos acordar com o dólar acima dos R\$ 6 ou com a picanha ainda mais longe. Os juros, a dívida pública subindo por excesso de gastos do governo. O IVA mais alto do mundo. Todos os que juraram manter e defender a Constituição, a lei e a ordem, vivem seu próprio mundo de interesses egoísticos, e lavam as mãos sobre o futuro de seus filhos, netos e bisnetos. Vivem o suposto conforto de uma fuga que só faz agravar o mal. Num sem rumo sem volta, com a enganadora abstração da esperança.

O poder faz, volta e meia, lancetadas, para saber se a cidadania ainda sobrevive a tantas amputações de direitos, e se ouvem apenas gemidos. A

liberdade de expressão vai sendo sufocada. Busca-se anular a proibição à censura para calar onde ainda existe a voz produtiva da crítica. Relativiza-se a inviolabilidade do mandato parlamentar, jogam-se pazadas de cal sobre o devido processo legal. Inverte-se a relação Estado-nação, para que o Estado seja o senhor da nação, ao invés de existir para servir ao povo. Só se justificam impostos se for para prestar bons serviços à nação — e não para sustentar o Estado ineficiente.

E, assim, sem norte, sem rumo, sem saber para onde vamos, passamos de um dia para o outro, sem perceber que no caminho vamos afundando em areias movediças.